

CPI da Corrupção tem semana decisiva

■ Governo travará batalha no Senado para impedir que quatro senadores cumpram promessa de assinar requerimento

HELAYNE BOAVENTURA

BRASÍLIA – Governo e oposição vão travar esta semana uma guerra em torno das assinaturas que faltam para a criação da CPI da corrupção. Os oposicionistas precisam, no momento, de cinco assinaturas de senadores (22 já assinaram) e 30 de deputados (141 assinaram) para instalar a comissão. A primeira batalha que o Palácio do Planalto vai enfrentar será no Senado, para impedir que as promessas de assinaturas obtidas pela oposição se concretizem.

A tarefa dos governistas é evitar que os senadores Waldeck Ornelas (PFL-BA), Roberto Requião (PMDB-PR), Amir Lando (PMDB-RO) e Ramez Tebet (PMDB-MS) assinem o pedido de constituição da CPI. A oposição conta com certas assinaturas de Ornelas – ligado ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) – e Requião, que garantiu o apoio. Lando e Tebet, os outros dois senadores, são alvo da oposição, mas estão na esfera de influência do Executivo e podem não concretizar o apoio. Caso os oposicionistas consigam as quatro assinaturas, o pedido de CPI teria 26 assinaturas e a comissão estaria na iminência de ser instalada, já que o senador Osmar Dias (PSDB-PR) prometeu assinar o pedido quando faltar apenas uma assinatura.

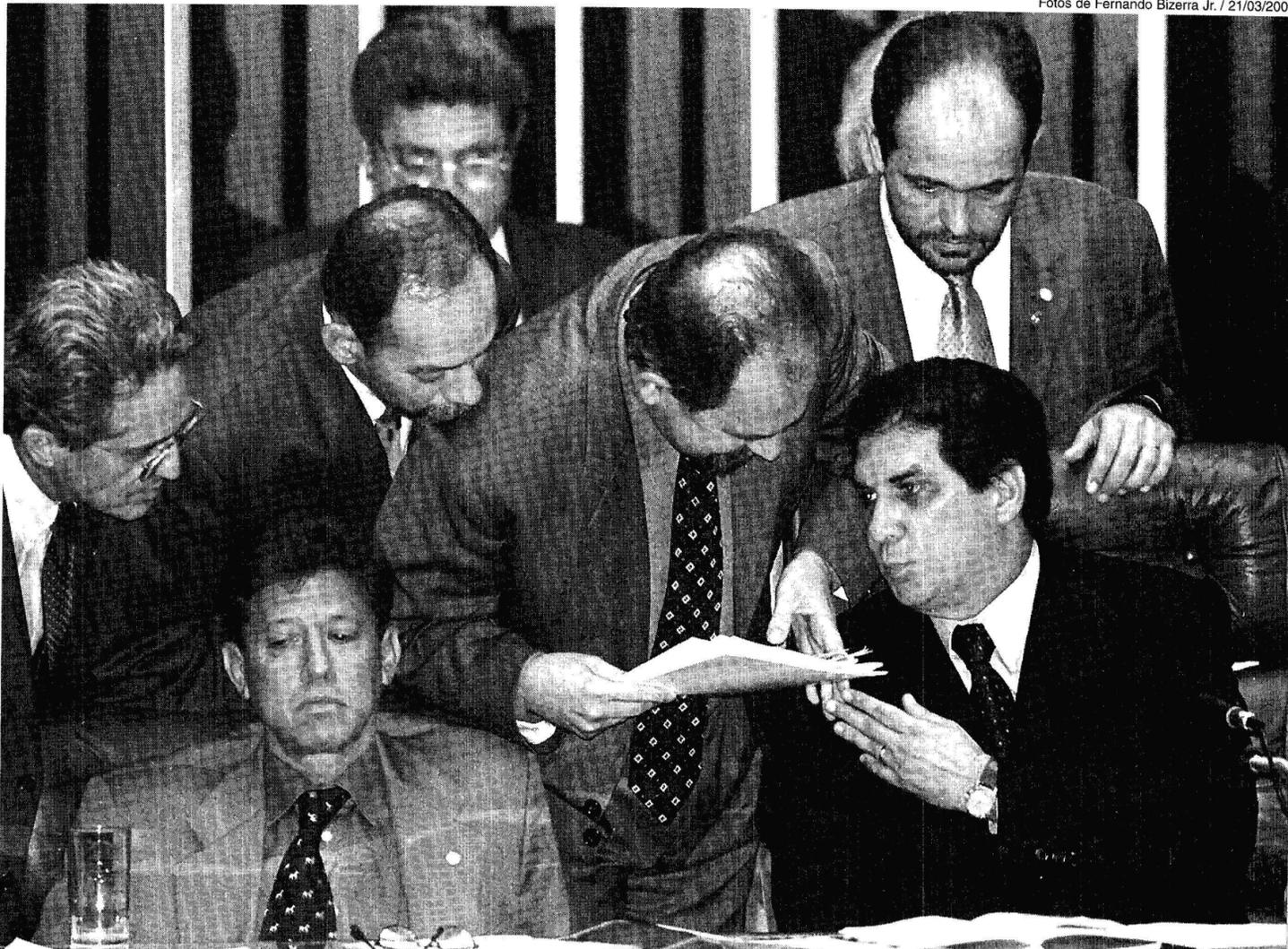
A ofensiva do Executivo vai ter de ser mais eficiente, já que na semana passada o presidente Fernando Henrique Cardoso reuniu os líderes governistas no Senado e telefonou a alguns senadores, mas não conseguiu evitar o acréscimo de assinaturas em favor da investigação. A oposição conta com 22 assinaturas pró-CPI: dos 16 senadores do PT, PDT, PSB e PPS; dos pemedebistas Pedro Simon (RS), Maguito Vilela (GO), José Fogaça (RS) e José de Alencar (MG), além do senador Antonio Carlos Magalhães e do presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA).

Plano governista – O governo decidiu travar a primeira batalha no Senado devido ao mapa que mostra vantagem perigosa para a oposição. Além disso, o regimento do Senado determina que, obtido o número mínimo de assinaturas, a CPI é instalada imediatamente. Na Câmara, a situação é diferente: o pedido de CPI entra numa fila de espera e pode ficar em banho-maria por uma manobra do presidente da Casa. A assinatura do presidente do Senado, Jader Barbalho, no pedido da CPI também poderia dificultar o plano governista de abafar o episódio, protelando a indicação dos integrantes da comissão, uma tarefa dos líderes partidários. A oposição tem, contudo, a seu favor o dispositivo regimental que obriga o presidente do Senado a indicar os integrantes da CPI por ofício, caso os líderes não o façam.

Na Câmara, onde o Executivo considera a situação sob relativo controle, o quadro poderá também se complicar, já que o grupo do PFL ligado ao senador Antonio Carlos está barganhando a assinatura. Dos 18 pefelistas baianos, dois já assinaram o pedido. O deputado Afonso Camargo (PR), por iniciativa própria, e Paulo Magalhães (BA), em resposta à demissão do apadrinhado do senador baiano, Firmino Sampaio, da presidência da Eletrobrás. O sinal dos demais 16 deputados da bancada de Antonio Carlos na Câmara é o de que podem assinar em bloco o pedido de CPI, caso o Executivo concretize as ameaças de demitir os carlistas do segundo e terceiro escalões do governo.

Chances mínimas – As dificuldades na Câmara são semelhantes tanto para o governo quanto para a oposição. Os partidos oposicionistas contabilizam hoje 141 assinaturas. É um número preocupante para o governo, mas esperado, já que corresponde ao deputados que geralmente votam contra os projetos governistas no plenário. O objetivo da oposição é ultrapassar esse teto e conseguir as 30 assinaturas restantes. Entre as dificuldades estão o recuo do PL, que tinha fechado com a CPI mas voltou atrás devido à pressão governista, e a barreira no PMDB, onde é difícil conseguir apoio além dos dissidentes, que já assinaram. No PSDB as chances oposicionistas são mínimas.

O Executivo, por sua vez, pode ficar refém de suas próprias armas, que são a ameaça de cortar cargos e emendas individuais, recursos incluídos no Orçamento federal pelos parlamentares. Deputados da base aliada já mostraram ao governo que estão dispostos a negociar sua assinatura, se obtiverem garantia de liberação acelerada de suas emendas. A oposição, por sua vez, conta com a pressão popular nos estados dos parlamentares para conseguir as assinaturas necessárias. Eles vão utilizar o tempo de TV para a mobilização em favor da CPI e acreditam que o cenário pré-eleitoral vai ter influência fundamental na decisão dos deputados.



Na semana passada, parlamentares de oposição não deram trégua ao presidente do Senado, Jader Barbalho, até ele assinar o requerimento pela CPI

Fotos de Fernando Bizerra Jr. / 21/03/2001